

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Jucelen Nunes Nogueira

A EDUCAÇÃO, A ARTE E A CULTURA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Prof. Dr. Eduardo Magrone.

Juiz de Fora
2018

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, JUCELEN NUNES NOGUEIRA, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201373065 declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **A EDUCAÇÃO, A ARTE E A CULTURA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**, desenvolvido durante o período de 15/12/2017 a 15/07/2018 sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Magrone, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 15 de Julho de 2018.

JUCELEN NUNES NOGUEIRA

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de (X) 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e assinada pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

A EDUCAÇÃO, A ARTE E A CULTURA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Jucelen Nunes Nogueira ¹

RESUMO

Ao abordarmos a educação com o objetivo de formar cidadãos, com conhecimentos que os tornem capazes de atuarem na sociedade de forma crítica, autônoma e criativa, afirmamos o espaço primordial da arte e da cultura, que se desenvolve através de práticas educativas em espaços não formais de educação. Visualizamos uma educação que estimule a criatividade e a inventividade para além do pensamento lógico e tecnicista, que resgate os valores culturais locais e a identidade dos indivíduos inseridos em uma sociedade econômica e socialmente desigual. Uma educação que pode e deve priorizar a criatividade e a ludicidade, e não somente a transmissão de informações para o adestramento de cérebros voltados para a repetição de um modelo econômico e de vida disfuncional e ultrapassado, formando cidadãos capazes de atuar e transformar a realidade social em que se encontram inseridos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; educação não formal; arte; cultura; transformação social.

1. INTRODUÇÃO

A educação tem sido tema recorrente em toda história do pensamento ocidental, muitos estudiosos, filósofos e sociólogos sobre ela teorizaram, desde Platão e Aristóteles na antiguidade, a outros nomes de igual importância, passando pelo medievo até a modernidade.

No decorrer do desenvolvimento das sociedades modernas, a educação consolida-se como pedra fundamental para a integração do indivíduo à vida social. Ao apoderar-se do conhecimento científico, bem como das normas, valores, costumes e formas de pensar da sua realidade, o indivíduo adentra neste universo cultural, que o capacitará para o convívio em sociedade. Esse processo de “adentramento” e pertencimento a uma determinada sociedade vem-se a constituir no que chamamos de socialização. Durkheim, ao debruçar-se em seus estudos sobre educação e sociedade, define essa socialização como a maneira pela qual um determinado indivíduo torna-se membro de um grupo ou de uma sociedade e passa a cumprir e exercer os mesmos códigos e regras que, por sua vez, são aprendidos por meio dos processos educativos.

“Esse fenômeno é um estado do grupo, que se repete nos indivíduos porque se impõe a eles. Ele está em cada parte porque está no todo, o que é diferente de estar no todo por estar nas partes. Isso é sobretudo evidente nas crenças e práticas que nos são transmitidas inteiramente prontas pelas gerações anteriores; recebemo-las e adotamo-las porque, sendo ao mesmo tempo uma obra coletiva e uma obra secular, elas estão investidas de uma particular autoridade que a educação nos ensinou a reconhecer e a respeitar.” (DURKHEIM, 1973, p. 8)

Explica-se, critica-se e sugestionam-se a respeito de como deve ser a educação, e de que forma ela alcançaria o seu objetivo principal que é a transformação do homem em um ser social, identificado e comprometido com os valores sociais de seu tempo. Desta forma, no decorrer da história, a educação tem refletido aos anseios e necessidades impostas pela sociedade nos seus mais diversos aspectos, tanto sociais, como políticos ou econômicos.

“(…) a educação, além de instrumento socializador, também guarda o potencial de instrumentalizar os indivíduos para atender às aspirações de seu tempo. Essa dimensão da prática social proporcionaria aos indivíduos habilidades e capacidades

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: jucelen@outlook.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Eduardo Magrone.

que seriam adequadas ao progresso individual e, conseqüentemente, ao desenvolvimento social.” (NUNES, 2016, p. 13)

Considerando que a educação na modernidade assume o papel de inserção do indivíduo na sociedade, através da sua apreensão de todo aparato cultural do mundo que o cerca, esta educação reflete o pensamento hegemônico e reproduz as deficiências e disfunções que se encontram no cerne da sociedade, como por exemplo, a desigualdade social.

“Destaca-se que as desigualdades se mantêm aos longos dos anos, sendo a expressão de cada momento histórico. A desigualdade social é um fenômeno desencadeado, principalmente, pela distribuição iníqua de recursos e oportunidades em uma dada sociedade ao longo do processo de vida de seus membros, em especial nas etapas anteriores à vida adulta. Esta distribuição desigual faz com que o lugar ocupado pelo indivíduo na estrutura social seja condicionado por ela. Tais recursos agrupam-se nas mãos da minoria (hegemônica) da sociedade que, conseqüentemente, tem melhor e maior acesso aos subsídios econômicos, educacionais, de saúde e segurança.” (idem, p. 16)

Além do aspecto de reprodução e replicação dos problemas sociais arraigados na sociedade, vimos surgir na educação atual, como reflexo do modelo de sociedade situada a partir do século XX e início do século XXI, onde os ideais aristotélicos de formação integral, já não se sustentam, uma realidade de educação que segue o modelo do mercado, já que neste momento denominado “pós-moderno”, a educação passa a ser o reflexo de um mundo globalizado, capitalista neoliberal, competitivo e excludente.

“A globalização está fundamentalmente mudando a natureza de nossas experiências cotidianas. Como as sociedades nas quais vivemos passam por profundas transformações, as instituições estabelecidas que outrora se sustentavam perderam seu lugar. (...) Na era atual, os indivíduos têm muito mais oportunidade de moldar suas próprias vidas do que antes. Antigamente, a tradição e o costume exerciam uma forte influência sobre a trajetória da vida das pessoas. (...) No passado, as identidades pessoais dos indivíduos eram formadas no contexto da comunidade em que nasciam. Valores, estilos de vida e éticas predominantes, nessa comunidade, forneciam diretrizes relativamente fixas, segundo as quais as pessoas viviam suas vidas.” (GIDDENS, 2005, p.68)

Recentes acontecimentos políticos e sociais em nosso país, em que a intolerância, a radicalização e o conservadorismo ganham voz, e dão sustentação a projetos que são um ataque nada velado à educação, como o Movimento Escola sem partido, decisões políticas como a que recentemente estabeleceu a reforma do ensino médio, tirando a obrigatoriedade do ensino de artes em nossas escolas, bem como políticas econômicas de austeridade que alijam os investimentos na educação por vinte anos, trazem-nos a preocupação quanto aos rumos que nossa sociedade trilhará, cientes da importância de um projeto educacional que leve à cidadania e à autonomia dos indivíduos, para a construção de um país democrático, e de uma sociedade menos desigual. Neste atual contexto político, imperativo se faz refletir sobre o papel da educação, substancialmente no seu papel de formação de cidadania, para que, de forma liberta e crítica, se forme uma sociedade mais tolerante e empática, consciente quanto à sua responsabilidade social e seus direitos e deveres.

Apresentaremos a seguir o valor e o lugar das artes e da cultura na educação, que se desenvolve a partir de espaços, projetos e redes socioculturais. Voltaremos nossos olhos para a educação não formal, aquela realizada fora dos muros escolares, trataremos também da educação que se desenvolve utilizando-se da arte e da cultura como linguagem. Pulsante, viva, espontânea, de resistência, uma educação que colabore para a construção da cidadania democrática, da convivência, da empatia e da cultura de paz.

2. A EDUCAÇÃO, A ARTE E A CULTURA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

2.1 A educação não formal

Através das instituições educacionais, suas ações efetivas, políticas e currículos, temos a transferência de conhecimento e de todo o capital intelectual que o homem moderno domina, porém a educação ocorre também, em situações e lugares fora do aparato institucional, não apenas restrita ao ambiente escolar. Falamos do que se conceitua como educação não formal, que segundo Maria da Glória Gohn, trata-se de uma forma de educação em que “os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vidas dos grupos e dos indivíduos, fora da escola.” (GOHN, 2010, p. 17). Além disso, podemos salientar que um dos princípios da educação não formal é a construção e transmissão de informação e formação social, política e cultural. Recorrendo novamente à Gohn: “ela prepara formando e produzindo saberes nos cidadãos, educa o ser humano para a civildade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, ao individualismo.” (idem, p. 19).

“A educação não formal funciona em mão dupla: o educador tanto aprende quanto ensina, o mesmo vale para os participantes das atividades. É fundamental, assim que o educador tenha sensibilidade para atender e capturar a cultura local, a cultura do outro, as características exclusivas do grupo e de cada um dos participantes. A escolha do tema gerador com a comunidade não pode ser aleatória, pré-selecionada ou imposta. A temática deve nascer a partir do cotidiano daquele grupo, considerando as características dos integrantes - como idade, gênero, nacionalidade, religião, crenças, hábitos de consumo - e a cultura e o modo de vida locais - que incluam práticas coletivas, divisão do trabalho no interior das famílias, relações de parentesco, vínculos sociais e redes de solidariedade. Ou seja, todas as capacidades e potencialidades organizativas locais devem ser consideradas, resgatadas, acionadas. Com seu trabalho, o educador social ajuda a construir espaços de cidadania no local onde atua.”(idem, p. 16)

Temos então, os espaços não formais de educação, onde a prática educativa desenvolve-se em relações interativas que caracterizam os processos de ensino e aprendizagem de maneira intencional e sistematizada. A educação não formal compreende as atividades pedagógicas em consonância com o grupo a que se direciona, e pode ser caracterizada como uma maneira diferenciada de se abordar os saberes tradicionais, históricos e sociais das pessoas, em paralelo ao saber escolar. Tais espaços contribuem no processo de formação da criança, do adolescente e do jovem, ocupando um lugar singular ao proporcionar também o atendimento à suas necessidades de expressão, estéticas e de capacidade reflexiva e criadora.

A prática educativa com arte em espaços não formais deve ser caracterizada como o lugar em que se estimulam as individualidades, as singularidades, se instiga a resolução de problemas, a explorar, experimentar, e ainda, a flexibilidade para aceitar o novo, o diferente, que permite expressar sentimentos, usar a imaginação e estruturar novas ideias.

2.2 A educação social

A educação que se pretende transformadora, deve se pautar substancialmente pela construção e reafirmação permanente da sua autonomia, possibilitada somente pela formação de sujeitos políticos conscientes e protagonistas de suas ações, sendo que a esta formação depende de uma prática educativa que transforme a aquisição de conhecimentos em uma nova forma de agir.

Podemos definir educação social como aquela em que as práticas realizadas com finalidade educativa busquem a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento intelectual e humano, e o bem estar dos envolvidos no processo. Neste sentido, explica-nos a Profa. Dra. Evelcy Monteiro Machado:

“A sociedade moderna apresenta demandas sócio-educacionais que ultrapassam os limites formais e regulares da escola. Apesar de ainda não esgotado o debate sobre a questão prioritária da educação escolar básica, essas novas demandas se incorporam aos desafios à formação do educador, já que são crescentes as intervenções e ações educativas em âmbitos, meios e organizações diferenciados do sistema educacional. As perspectivas de educação permanente e educação ao longo da vida também ratificam a necessidade de se discutir a educação além dos limites da escola.” (MACHADO, 2002)

Salientamos ainda que a educação social se apresenta como uma educação de caráter interdisciplinar, situada no campo da educação não formal, alicerçada nas práticas da pedagogia social, e intrincada com outras áreas do conhecimento como a Sociologia, Antropologia, Psicologia e História da educação.

A educação social e a pedagogia social surgiram e ganharam força a partir das duas últimas décadas do século XX, juntamente com o fortalecimento de organismos da sociedade civil atuantes no terceiro setor da economia. No entanto, a educação social e suas raízes teóricas já a algum tempo são discutidas e permeiam o pensamento de um dos nossos maiores pensadores da educação: Paulo Freire. Para Freire, a educação deve ser libertadora, deve ter a missão de despertar o educando para as formas de opressão das quais está submetido, e conduzi-lo à sua libertação.

“A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “invasão da práxis”, se volta contra eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens.” (FREIRE, 1987, p. 20)

Ao longo da obra de Paulo Freire, os princípios da educação estão relacionados à mudança da realidade opressora, a valorização e a emancipação dos diversos sujeitos envolvidos na prática educativa, direcionada para a transformação social.

“Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis.” (FREIRE, 1987, p. 29)

2.3 A arte e a cultura como linguagem e ferramenta educacional

A utilização da arte e da cultura como um dos instrumentos para o desenvolvimento dos indivíduos é defendida desde os primeiros tempos do pensamento humano, Platão, por exemplo, considerava a educação artística soberana dentre todas as outras, porque tem no mais alto grau o poder de penetrar na alma. Sob esta mesma ótica, corrobora Marilena Chauí:

“É assim que se diz que a arte faz ver a visão, faz falar a linguagem, faz ouvir a audição, faz sentir as mãos e o corpo, faz emergir o natural da Natureza, o cultural da Cultura. Aqui, a arte é revelação e manifestação da essência da realidade, amortecida e esquecida em nossa existência cotidiana, reduzida a conceitos nas ciências e na Filosofia, transformada em instrumento na técnica e na economia. (CHAUÍ, 2000, p.415)

A arte na educação possibilita a formação de novos valores e a promoção da ampliação da percepção do homem em várias direções, juntamente com os seus respectivos valores estéticos e morais, segundo Hume: “Cada indivíduo atinge um grau de refinamento e apuração do juízo. A delicadeza de gosto, portanto, tem também uma importância moral, de modo que influencia o indivíduo a formar uma noção mais justa da vida.” (HUME, 2011, p. 98). O indivíduo que em sua formação não se depara com a arte tem uma experiência de aprendizagem limitada, falta-lhe o lúdico, a dimensão do sonho, a energia criadora que dará sentido à sua vida. Neste sentido, recorreremos novamente a Hume:

“[...] nada aprimora tanto o temperamento quanto o estudo das belezas, sejam elas da poesia, da eloquência, da música ou da pintura. Elas proporcionam uma certa elegância de sentimento estranha ao resto dos homens. As emoções que excitam são suaves e temas. Elas afastam a mente da balbúrdia dos negócios e do interesse; acalantam a reflexão; predispõem à tranquilidade; e produzem uma melancolia agradável que, de todas as disposições da mente, é a mais adequada para o amor e a para a amizade.” (idem, p. 221)

Ana Mae Barbosa, um dos maiores nomes em arte-educação, salienta a importância da arte e da cultura na formação social do indivíduo:

“Através das artes temos a representação simbólica dos traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam a sociedade ou o grupo social, seu modo de vida, seu sistema de valores, suas tradições e crenças. A arte, como uma linguagem presentacional dos sentidos, transmite significados que não podem ser transmitidos através de nenhum outro tipo de linguagem, tais como as linguagens discursivas e científica. Não podemos entender a cultura de um país sem conhecer sua arte. Sem conhecer as artes de uma sociedade, só podemos ter conhecimento parcial de sua cultura. Aqueles que estão engajados na tarefa vital de fundar a identificação cultural, não podem alcançar um resultado significativo sem o conhecimento das artes. Através da poesia, dos gestos, da imagem, as artes falam aquilo que a história, a sociologia, a antropologia etc., não podem dizer porque elas usam um outro tipo de linguagem, a discursiva, a científica, que sozinhas não são capazes de decodificar nuances culturais. Dentre as artes, a arte visual, tendo a imagem como matéria-prima, torna possível a visualização de quem somos, onde estamos e como sentimos. A arte na educação como expressão pessoal e como cultura é um importante instrumento para a identificação cultural e o desenvolvimento. Através das artes é possível desenvolver a percepção e a imaginação, apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada. “Relembrando Fanon eu diria que a arte capacita um homem ou uma mulher a não ser um estrangeiro em seu meio ambiente nem estrangeiro no seu próprio país. Ela supera o estado de despersonalização, inserindo o indivíduo no lugar ao qual pertence.” (BARBOSA, p. 2)

A convivência com a arte comove, humaniza, valoriza a experiência de estar no mundo. A arte e a cultura possibilitam adquirir outras vivências diferentes da nossa, tornando-nos pessoas mais sensíveis, participantes e conscientes. A educação que se utiliza do fazer artístico como linguagem desenvolve a alteridade, pois possibilita pensar o outro como semelhante, que pensa diferente, mas tem igual direito à cidadania, aos sonhos e à vida digna, atuando como ferramenta no combate às intolerâncias. A educação deve desvelar a arte e descobrir a cultura, para possibilitar a formação de um homem novo e um novo país.

A arte na educação desenvolve a potencialidade para que as pessoas busquem um sentido maior à sua existência mediante o encontro com si mesmas, com os outros e com o mundo. Permite materializar o que se sente, o que se pensa e o que se conhece, permite exercitar a imaginação criadora e criativa para intervir na realidade com ideias novas e inovadoras. A arte desenvolve competências que possibilitam atuar no mundo de forma consciente, pois desenvolve a cognição, a intuição, a sensibilidade e o protagonismo.

A prática educativa utilizando-se da arte como linguagem, propõe princípios e formas de atuação para dar sentido à atividade de ensinar e aprender comprometida com a criatividade e com o conhecimento que capacita e emancipa, que estimula a criação com autonomia para um viver em sociedade pautado pela inserção. Trazer a perspectiva da criatividade para a educação, situada como possibilidade a ser exercida, que qualifica a existência e a vida em sociedade, é uma forma de humanização dos espaços educativos, e permite desenvolver no educando a capacidade de lançar-se ao mundo com liberdade de fazer escolhas conscientes entre as alternativas possíveis.

2.4 Algumas outras considerações

Em consonância com o que já discurramos e o que por ora se propõe, lançamos um olhar às práticas educativas que se desenvolvem em projetos artísticos, de natureza social, por iniciativa de organizações da sociedade civil, ressaltando a sua devida importância na promoção da cidadania e desenvolvimento social. No entanto, há de se destacar, algumas considerações a respeito dos caminhos e descaminhos na execução destes tipos de projetos, que como qualquer outra atividade humana, estão sujeitos a deficiências e fragilidades.

Toda prática educativa tem sua essência acompanhada das disfunções que permeiam a vida em sociedade, dada a própria natureza da educação, que como já vimos, reflete a estrutura social, que condiciona valores, hábitos e comportamentos. Propostas de educação, utilizando-se das artes e da cultura como linguagem devem considerar o respeito à dignidade e à identidade das pessoas, em sua diversidade, e não tentar impor um único critério estético, uma única corrente ou uma única visão, deixando claro que nem toda experiência artística é capaz ou tem a obrigação de gerar unanimidades e concordâncias absolutas. A prática educativa alicerçada na arte e na cultura não age por meio da censura aos gostos e práticas artísticas existentes, mas enriquece a capacidade de escolha, desenvolvendo a sensibilidade para a contemplação do belo.

“Para distinguir se algo é belo ou não, referimos a representação, não pelo entendimento ao objeto em vista do conhecimento, mas pela faculdade da imaginação (talvez ligada ao entendimento) ao sujeito e ao seu entendimento de prazer ou desprazer. O juízo do gosto não é, pois, nenhum juízo de conhecimento, por conseguinte não é lógico, e sim estético, pelo qual se entende aquilo cujo fundamento de determinação não pode ser senão subjetivo.” (KANT, 2013, p. 118)

Utilizar-se da linguagem artística é atuar com uma postura de mediação entre o artista e o indivíduo, é se posicionar como intermediário entre a obra artística e aquele que dela irá fruir, garantindo a este último condições de sobrevivência de seus valores simbólicos e culturais. A arte e a cultura são um instrumento fundamental para o exercício da democracia e da cidadania, mas, constantemente, ela vem sendo utilizada como uma ferramenta de distinção e de legitimação das hierarquias. Assim, deve-se atentar para o discurso de oposição entre alta cultura e a cultura popular, pois, ao se estabelecer uma diferenciação entre a erudição artística produzida pelas elites, que seria considerada superior, e a do povo, considerada inferior, colabora-se para reforçar a desigualdade social, já que a arte, como vimos, pode ser usada como um instrumento de legitimação de um modo de ser que desqualifica o saber popular, onde o que se relaciona com a cultura popular é esvaziado de valor artístico. Dar legitimidade e visibilidade às produções artísticas de manifestações que fogem à erudição, contemplando toda a diversidade da sociedade, é o desafio das práticas educativas em questão.

A educação deve permitir ao outro autonomia, liberdade de escolha no processo de construção do seu conhecimento, na realização de seus projetos, sem perder de vista que o educador é um guia neste processo, comprometido com um trabalho reflexivo sobre as práticas em sua articulação com as teorias, e não por mera acumulação de conhecimentos e de técnicas.

2.5 A transformação social

Abordar uma prática educativa que se proponha crítica e transformadora, exige admitir-se que a educação é somente um dos pilares da mudança, e que necessita estar em consonância com outros aspectos da transformação social, nesses tempos de mudanças em tantos segmentos da vida humana. Assim, reafirmamos o valor da educação na formação do homem, e na sua capacidade de transformar a realidade, pois, somente ao assumir uma postura crítica e consciente, será possível que a sociedade se torne um lugar mais inclusivo e menos excludente.

Ao realizar uma análise político-econômica-social da sociedade mundial globalizada e neoliberal, Guy Standing, economista e sociólogo britânico, descreve nossa atualidade como um período de grande transformação:

“Um dos trunfos do neoliberalismo foi ter atingido uma hegemonia linguística que lhe permitiu dominar o discurso político, econômico e social, e inclusivamente o discurso cultural. Um desafio que hoje se coloca é o de reassumir a linguagem de maneira a criar, pela via da imaginação, um futuro desejável. Trata-se, nada mais nada menos, do que fazer renascer a própria ideia de futuro, perdida na distopia neoliberal de consumismo desenfreado e de uma existência plebeia de pão e circo eletrônico.” (STANDING, 2014, p. 16)

Ainda, segundo Standing, estamos vivendo o surgimento de uma nova estrutura de classes em nível global, onde emerge uma nova classe denominada por ele de “precariado”. Os integrantes desse grupo estão sujeitos a pressões que os habituaram à instabilidade em seus empregos e suas vidas, não possuem qualquer identidade ocupacional ou uma narrativa de desenvolvimento profissional, além disso, estão sujeitos à exploração e diversas formas de opressão por estarem fora do mercado de trabalho formalmente remunerado. Caracterizam-se por suas trajetórias de perda de direitos civis, culturais, políticos, sociais e econômicos. Eles não possuem os direitos integrais dos cidadãos que os cercam. Estão reduzidos à condição de suplicantes, próximos da mendicância. O precariado é uma classe em construção, contudo, de extrema importância como força de mudança e transformação social.

“O precariado deve evitar cair na bem montada armadilha que seria apresentar-se como “revolucionário”, imagem decididamente maculada pela história do século XX. Deve também evitar, por estéril, a pose “reformista”, que é o que o Estado gostaria que ele fosse, apostando em meros aprimoramentos superficiais do status quo. Para se tornar uma classe-para-si, o precariado tem de ser transformador. (...) Tem de se deixar, o mais possível, de usar o datado linguajar marxista do século XIX, sem contudo abandonar os valores emancipatórios que ao longo dos tempos guiaram os espíritos progressistas e igualitaristas, bem como as ideias igualitárias em torno da luta de classes.” (idem, p. 16)

Dessa forma, Standing prediz que a revolução do precariado implicará em uma luta pela redistribuição dos bens fundamentais que “serão aqueles que se afigurem necessários para alcançar uma vida boa numa sociedade boa, em que cada vez mais pessoas consigam perseguir a sua própria ideia de ocupação e em que o trabalho, o verdadeiro lazer e a reprodução possam florescer dentro de padrões flexíveis.” (idem, p. 20).

Prosseguindo, Standing vem teorizar quanto à educação e a sua natureza como ferramenta de transformação social:

“De seguida há que considerar que, para o precariado, a luta pela redistribuição da instrução é um aspecto definidor da vida. Neste particular, o precariado terá de ultrapassar um certo sentimento de falsa consciência disseminado pelo próprio sistema educativo, opondo-se a uma retórica do “capital humano” que os neoliberais têm vindo a refinar. Na aparência, há hoje mais gente a melhorar o seu “nível” de instrução do que em qualquer outro período da história. No entanto, a verdadeira instrução está distribuída de maneira muito desigual e o que por aí se vende como instrução não passa, cada vez mais, de uma fraude. Enquanto os ricos têm acesso a uma educação que lhes permite dar asas ao espírito e ser inovadores, o precariado vê-se relegado para uma escolarização de “capital humano” mercadorizado, concebida para preparar os seus membros para o emprego e habituá-los a uma vida de trabalho instável e vivida com espírito plebeu. A luta pela desmercadorização da educação é crucial se o precariado quiser atingir uma dimensão criativa, artística, subversiva e, em última análise, política e moral.” (idem, p. 22)

O autor propõe, então, que o precariado busque aliança com outros atores da hierarquia social, para que, em uma união “transclassista”, se alcance a conquista do direito à educação, condição primordial para a transformação social, e para a extinção dos sistemas hierárquicos da sociedade.

Desta forma, reafirmamos através da teoria de Standing, a necessidade de práticas educativas emancipadoras junto às classes menos favorecidas da nossa sociedade, bem como valorizamos o papel e o poder das organizações da sociedade civil, que se articulam e movimentam esforços que possibilitam, a partir da promoção da educação, a busca de uma nova ordem social.

3. CONCLUSÃO

Ao abordarmos a educação com o objetivo de formar cidadãos com conhecimentos que os tornem capazes de atuarem na sociedade de forma crítica e criativa, libertados das alienações que sobre eles recaem, afirmamos o espaço primordial da arte e da cultura na formação cultural deste indivíduo.

Vivemos em uma sociedade de profundas transformações e que alterou o modo de viver e de perceber a vida. Desta forma, acreditamos que a educação também deve ser transformada, e se tornar mais próxima da realidade em que se encontram aqueles para quem se direcionam os esforços educativos. Assim, ressaltamos o valor das práticas educativas desenvolvidas por organizações do terceiro setor, por coletivos e grupos artísticos que, através da arte e da cultura, propõem uma educação que possibilite uma mudança de postura dos educandos, trazendo-os a uma nova visão frente ao mundo que vivem e seus dilemas. A prática educativa que se utiliza da arte como linguagem, assume um papel de resistência à alienação e mercantilização da vida, e possibilita a ampliação do horizonte das possibilidades.

Cientes da força dos mecanismos de reprodução social, produção de consensos e normatizações sociais, que estão entranhados tão profundamente no tecido social cotidiano, e nas subjetividades individuais, necessário se faz o reconhecimento das limitações e obstáculos que se colocam à qualquer ideia ou prática educativa que se propõe à transformação ou emancipação social. Estamos perante relações complexas em relação à multiplicidade das dimensões presentes: relações de trabalho, contextos territoriais e comunitários, relações sociais, étnicas, de gênero, contexto político, entre outros. A busca por uma educação emancipatória e autônoma, conduz impreterivelmente à mobilização social, a fim de que atores individuais, possam coletivamente, definir seus interesses e identidades.

Vivemos em tempos difíceis, de instabilidades políticas e econômicas, sob o jugo de interesses vis e indignos, observamos a escalada de valores conservadores que perseguem, excluem e alienam. O momento exige solidariedade entre a sociedade, educadores, artistas e produtores de cultura, apostando em uma reação de consciência crítica, de cidadania e de exercício pleno da democracia, o momento é de resistência, a fim de conter a onda reacionária que hoje nos conduz a um retrocesso político, social e cultural, buscando uma mobilização da própria sociedade para alterar os tristes e incertos caminhos que estamos trilhando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Ana Mae. Arte, educação e cultura. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mre000079.pdf>. Acesso em: 03/05/2018.

BOURDIEU, Pierre. "Gostos de classe e estilos de vida". ORTIZ, R. Pierre Boudieu. São Paulo: Ática, 1983.

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico e outros textos. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 25ª edição, 1996. Disponível em: <http://www2.uesb.br/pedh/wp-content/uploads/2014/02/Pedagogia-da-Autonomia.pdf>.

Acesso em: 17/04/2018.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17ª edição, 1987. Disponível em:

http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_pedagogia_do_oprimido.pdf. Acesso em: 17/04/2018.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o Educador Social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GIDDENS, Anthony. Um mundo em mudança. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HUME, D. Do padrão do Gosto. In: A arte de escrever ensaio e outros ensaios. Tradução: SUZUKI, Márcio; PIMENTA, Pedro. São Paulo: Iluminuras, 2011.

KANT, Immanuel. Analítica do belo. In: O Belo autônomo: Textos clássicos de estética. Organizador: DUARTE, Rodrigo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MACHADO, Evelcy Monteiro. Pedagogia e a pedagogia social: educação não formal. Curitiba, 2002. Disponível em: <http://www.boaaula.com.br/iolanda/producao/me/pubonline/evelcy17art.html>. Acesso em: 10/02/2018.

NUNES, Roberta Aparecida. Um olhar sociológico sobre a educação: fundamentos, desigualdades e perspectivas. Coleção Gestão e avaliação da Educação Pública, Organização de Fernando Tavares Júnior e Luiz Flavio Neubert. Juiz de Fora: CAEd; FADEPE, 2016.

STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. Revista Crítica de Ciências Sociais. N. 103, 2014.